

TEOLOGIA PRÁTICA

O PROBLEMA DA CULPA E A GRAÇA DA JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

*Antônio Máspoli de Araújo Gomes**

RESUMO

Desde a modernidade até os dias de hoje, vem-se empreendendo um grande esforço por meio de algumas correntes da teologia e da psicologia para eliminar do espectro da consciência humana o tema da culpa. Todavia, não foi possível abolir do vocabulário humano palavras como pecado, responsabilidade, sentimento de culpa etc. Diante desse dilema, o caminho encontrado não foi dos melhores: simplesmente ignorar tais questões, tratando-as como se não existissem e como se, mesmo se existem, fossem irrelevantes e por isso não carecessem de pesquisa ou de estudo mais aprofundado. Essa postura explica a parca ou inexistente produção acadêmica dedicada a esses temas. O artigo pretende preencher essa lacuna, propondo uma reflexão pautada pela teologia bíblica reformada sobre o problema humano da culpa, apontando para a solução de Deus para o sentimento de culpa, presente em Rm 1.16-17, ou seja, da *graça* e da *Justificação pela Fé*.

PALAVRAS-CHAVE:

Culpa, sentimento de culpa, salvação, graça, justificação.

I. O PROBLEMA HUMANO DA CULPA

Existem conceitos e experiências humanas, arraigadas no Ocidente, que independem de credo, sexo, raça ou mesmo religião. A culpa é um desses fenômenos. A sociedade ocidental, desde o liberalismo teológico do século XIX, mormente sob a influência da teologia da morte de Deus, vem tentan-

* Antônio Máspoli de Araújo Gomes é doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Diretor responsável pela criação e implantação da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie e diretor do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

do resolver o problema da culpa fora da religião e, o que é preocupante, fora dos ensinamentos de Jesus Cristo. A psicanálise também caminhou nessa direção. Nos meios psicanalíticos, acreditou-se inclusive que a destruição pura e simples do conceito cristão de pecado seria suficiente para liberar toda a humanidade ocidental do fardo terrível da culpa. Alguns psicanalistas, à semelhança de Wilhem Reich, dedicaram suas vidas e trabalharam em suas pesquisas para esse fim. O resultado não foi o esperado pelos adeptos dessa corrente psicológica. A psicanálise enfrenta uma de suas piores crises de plausibilidade, frente aos velhos conflitos e novas demandas do homem contemporâneo. Hoje, Reich já passou a ser um dos psicanalistas quase esquecidos. Os conceitos de pecado e de culpa voltaram à ordem do dia, com a chamada vingança do sagrado e a força da emergência e eclosão da religiosidade que permeiam o nascimento do século XXI. Não estaremos abordando, neste trabalho, o conceito de pecado, posto que isto estaria fora do escopo destas reflexões. Contudo, partiremos do pressuposto de que esse conceito bíblico é, do ponto de vista reformado, um dos elementos fundamentais para a compreensão do problema da culpa e do sofrimento humano na sociedade contemporânea.

Campbell *et alli* (1986) conceituam culpa como: “O sentimento que uma pessoa tem de ter errado, violado algum princípio ético, moral ou religioso. Associados de modo típico a essa consciência estão um grau muito baixo de auto-estima e um sentimento de que o erro cometido deve ser expiado ou compensado” (p. 142). Fenichel (1981) parece concordar com essa definição quando afirma que: “Os sentimentos de culpa que acompanham a prática de uma maldade e os sentimentos de bem-estar que resultam do cumprimento de um ideal são os modelos normais seguidos pelos fenômenos patológicos da depressão e da mania” (p. 96). As conceituações psicológicas, todavia, desconsideram em suas assertivas as afirmações bíblicas para as origens e o problema humano da culpa. A culpa tem espectros multifacetados na explicação de sua gênese. A fim de ajudar o leitor a deslindar algumas questões relevantes relacionadas com esse tema, abordaremos nesta pesquisa alguns de seus fatores fundantes.

A origem teológica da culpa está no pecado adâmico, quando Adão comeu da árvore do conhecimento do bem e do mal e desobedeceu a Deus, fato esse amplamente narrado em Gênesis 2 e 3. Nesse sentido, o homem herda a culpa dessa transgressão e já nasce devedor perante o Criador. A culpa do primeiro homem lhe é imputada, e a questão segundo a qual o homem é pecador porque peca, após adquirir consciência, carece de relevância, posto que ele já nasce pecador.

Em lugar dessa explicação, surge um axioma mais consistente, à luz de Rm 7: o homem peca porque é pecador. O pecado, nesse caso, não se refere

apenas a um ato moral consciente, mas à própria natureza humana (Rm 7.24). Por inferência, podemos afirmar o mesmo sobre a culpa. O ser humano nasce devedor, culpado diante de Deus. Embora em sua primeira infância ele ainda não tenha nenhuma consciência de seus atos morais, essa inconsciência não o exime da culpa primordial. Por isso, a criança, desde o ventre materno, depende da graça especial de Jesus para o perdão dessa culpa e para a sua salvação pessoal. No caso da criança, cabe registrar que o perdão e a salvação em Cristo lhe são imputados automaticamente pelo Espírito Santo, caso ela venha a morrer antes de saber distinguir entre o bem e o mal (cf. Jn 4.11).

Assim, o homem peca porque é pecador. A partir do momento que, em seu desenvolvimento ontogenético, a criança adquire consciência do pecado, ela passa a ser pecadora também porque peca. Nesse caso, temos a culpa pela responsabilidade individual sobre uma transgressão cometida perante a lei de Deus, escrita em sua consciência. Como pode ser apreendido pela experiência de Caim: “E o Senhor disse a Caim: Por que te iraste? E por que descaiu o teu semblante? Se procederes bem, não é certo que serás aceito? Se, todavia, procederes mal, eis que o pecado jaz à tua porta; o seu desejo será contra ti, mas a ti cumpre dominá-lo” (Gn: 4.6-7). A experiência de Davi no Sl 51 corrobora, assim, a experiência de Caim.

No entanto, esse é apenas um lado da moeda, o fator *consciente* da culpa. No processo de culpabilidade, existem ainda fatores *inconscientes*. O homem pode cauterizar a sua consciência, enganá-la, tal como afirma Isaías (44.20): “Tal homem se pascenta de cinzas; o seu coração enganado o iludiu, de maneira que não pode livrar a sua alma, nem dizer: Não é mentira aquilo em que confio”.

Negar o pecado, acostumar-se a ele, cauterizar a própria consciência podem livrar o indivíduo da culpa consciente, mas não o livram da culpa inconsciente. Especialmente porque o inconsciente é ético (Jung, 1988). Ele continuará a apresentar a conta a ser paga em decorrência do pecado perante o pecador. E essa conta torna-se cada vez mais elevada, pois pode traduzir-se em sintomas de doenças psicossomáticas, à semelhança do que ocorreu com Davi no Sl 32.

Isso nos lembra de certo episódio de um psicólogo. Ele atendeu uma mulher não cristã, que sempre chorava copiosamente diante do anúncio da morte de uma personalidade pública, um político, um artista etc. Após uma anamnese bem elaborada, ficou comprovado que aquela mulher aparentemente não tinha nenhuma razão consciente para chorar. No entanto, em uma certa consulta, ela confessou que cometera seis abortos e que não se sentia culpada por esta prática, considerada comum em sua classe social – média alta. Instada a refletir sobre a relação entre o seu choro compulsivo e a morte de seus filhos que não chegaram a nascer, a mulher chegou à conclusão de

que estava chorando, na verdade, pelos seus seis filhos perdidos nos abortos pecaminosos. Nesse caso, a sociedade perversa ensinara a essa mulher a recalcar a sua culpa consciente. O seu inconsciente, todavia, continuava a exigir o pagamento da culpa pelo aborto dos filhos. E, quanto à culpa inconsciente, para essa, graças a Deus, ainda não existe remédio humano, só, o remédio divino.

Na segunda parte deste texto, apontaremos o remédio divino, no espírito da oração do salmista no seu Sl 19.12, que intercede ao Senhor pelas culpas ocultas nas profundezas de sua alma.

Mas antes é necessário destacar outra variável geradora de culpa, aquela que Tournier (1985) classifica de *psicológica* e que denomina *culpa imputada*. Nesse caso, o indivíduo sofre as conseqüências da culpa de um terceiro elemento. Essa afirmação tem sustentação na doutrina bíblica do bode expiatório (Lv 16). O bode expiatório, como ficou conhecido o animal que participava do ritual de expiação, é aquele destinado por Deus para levar sobre si as culpas do povo. Ele é um símbolo bíblico de Jesus Cristo, que levou sobre si os nossos pecados. O sacerdote depositava sobre o bode expiatório, os pecados do povo. Após essa confissão pública, o bode era solto no deserto. Ele continuava vivo e perambulava em total liberdade, como garantia de que os pecados do povo estavam perdoados. Esse ritual, naquele momento da história anterior à vinda de Cristo, trazia alívio para os seus participantes. O bode expiatório transformou-se ao longo da história humana e continua latente e vivo em algumas famílias, igrejas, empresas etc. nas quais geralmente um ser humano termina levando sobre si, sozinho, o pecado e a culpa de todos os demais. Não é incomum em um grupo haver alguém que se destaque pela sua santidade e consagração e ser penalizado por isso. Também, em outros grupos, é usual que a responsabilidade por todos os erros cometidos sejam atribuídos a uma única pessoa, geralmente execrada publicamente, punida isoladamente. Tal execração ou punição produz nas demais alívio momentâneo e a falsa sensação de que todos os outros estão expiados e justificados de suas culpas, de que todos os demais são “santos”. É o bode expiatório pós-moderno, a própria experiência narrada em Jo 8 do desafio de Jesus lançado àqueles que pretendiam apedrejar a mulher adúltera.

É preciso registrar-se, porém, que o que foi supramencionado não se confunde nem se aproxima da chamada *disciplina eclesial*, que visa à *recuperação* do faltoso e que é uma das marcas características da igreja reformada, a qual deve e precisa ser mantida e praticada.

A situação daquele que serve de bode expiatório é mais delicada. Ele termina por levar sobre si não somente as culpas dos demais, que continuam livres para pecar, como carrega ainda o fardo das doenças do grupo ao qual pertence. Não raro, o sujeito que faz o papel de bode expiatório adoece.

Por outro lado, ele presta um relevante serviço ao grupo e, por isso mesmo, é regiadamente recompensado, seja por meio de farta distribuição de afeto por parte dos membros daquele grupo, seja por meio da atração da atenção de todos. Os grupos cristãos que padecem desse mal da criação e manutenção de “bodes expiatórios” deveriam refletir sobre Is 53.4-6. Nesse texto, Jesus é apresentado como o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, isto é, como aquele que realmente está habilitado e capacitado para levar sobre si mesmo todos os nossos pecados e nos livrar das nossas culpas.

Existe outra forma de culpa, menos comum, a que chamaremos aqui *culpa imposta*. Essa expressão de culpabilidade refere-se àquela culpa que o indivíduo sente, por ter sido obrigado a participar de um pecado, uma transgressão, um delito praticado por um terceiro contra a sua vontade. O exemplo mais comum disso é o da mulher que sofre um estupro. Essa mulher luta desesperadamente contra o seu agressor, mas, vencida pela força, é obrigada a ceder. Após a experiência de estupro, sente-se profundamente culpada, como se ela própria houvesse praticado aquele ato hediondo. Nesse caso, a culpa, embora não lhe pudesse ser atribuída de direito por lhe ter sido imposta pela violência, é assimilada pela vítima como sua. O único remédio que vê é assumir a culpa como sua também e confessá-la a Deus em busca de alívio, perdão e cura. Nesse exemplo, a pessoa é duplamente punida: pela violência sofrida e pela culpa que lhe foi imposta e que é obrigada a assumir. Só o perdão de Deus pode libertar uma consciência assim atormentada por tão grande sofrimento.

Nos dois casos acima citados, na culpa imputada e na imposta, o risco que o sujeito exposto a esse tipo de experiência corre é o de acostumar-se com a culpa, reproduzindo constantemente as situações que geraram os sentimentos de culpa e, até mesmo, padecer de culpa profunda, sem causa aparente. Em outras palavras, é como se a memória da culpa que se encontra gravada em sua mente fosse constantemente reavivada, fazendo o sujeito sentir as mesmas emoções vivenciadas na experiência traumática.

O sentimento de culpa é universal, pelo menos no Ocidente, com uma gradação variando da culpa maior à menor, dependendo da sensibilidade da consciência associada à vivência de tal experiência. Cabe registrar que existem manifestações patológicas desse sentimento em um contínuo que varia desde aqueles que não sentem culpa nenhuma, por nada que hajam praticado, até aqueles, cujo sentimento de culpa é tão profundo que não aceitam, sequer, que tenham sido perdoados por Deus por meio de Jesus Cristo. No primeiro caso, temos a expressão patológica da *psicopatia* e da *sociopatia* (Schneider, 1968).

O psicopata é aquele sujeito que, no momento da formação da sua identidade e, conseqüentemente, da sua consciência, na primeira infância, não

internalizou o “não”, a proibição, o limite moral, a lei. Além disso, pode sofrer uma obnubilação do campo da sua consciência e praticar delitos dos quais não tenha consciência depois. Em todo caso, o que caracteriza a psicopatia é a ausência de limites éticos e morais. Por desconhecer tais limites, não há registrado de bem e mal na consciência do psicopata e, por essa razão, ele desconhece a culpa e o sentimento de culpabilidade. A ausência de culpa torna o psicopata, que envereda pelas sendas do crime, um criminoso de alta periculosidade e cruel.

Já a sociopatia, afecção da consciência de etiologia mais recente, doença da sociedade pós-moderna gerada nos grandes centros urbanos, caracteriza-se pelo fato de o sujeito conhecer, ter consciência do bem e do mal, ter internalizado o “não”, a lei, a proibição, todavia não sentir culpa alguma por escolher praticar o mal. Tanto o psicopata quanto o sociopata poderiam ter sido classificados por Paulo, em Rm 1, dentre aqueles que perderam a consciência de Deus e, por essa razão, foram punidos por Deus, foram entregues a toda sorte de pecados e transgressões. E, infelizmente, não se conhece até a presente data cura para a psicopatia nem para a sociopatia.

Dentre aquelas expressões patológicas, marcadas pela recorrência do sentimento extremado de culpabilidade, destacam-se a culpa *neurótica* e a *psicótica* (Fenichel, 1981). A culpa neurótica é aquela que tem um caráter circular, repetitivo, que segue de modo geral o seguinte esquema: prazer marcado pela transgressão, pelo pecado, seguido de culpa, marcada pelo remorso; auto-expição da própria culpa, marcado pelos sacrifícios auto-impostos; alívio e prazer, seguidos novamente de pecado, pelo que se retoma todo esse ciclo desde o começo, num movimento contínuo e indefinido. Um exemplo concreto dessa expressão de culpa é aquela que aparece na *bulimia*, doença que acomete geralmente mulheres bonitas, modelos, manequins etc. A bulimia, dentre outras características, apresenta algumas que serão elençadas a seguir.

A mulher que sofre de bulimia tem uma profunda dificuldade de auto-aceitação, baixa auto-estima e uma distorção preceptiva do próprio corpo, o qual é percebido como obeso. Essas distorções causam-lhe profundo sentimento de culpa com relação ao ato de comer. A pessoa bulímica, por vezes, alimenta-se de maneira excessiva, sentindo prazer com a refeição, mas, logo em seguida, culpa. A culpa é tão grande que produz um profundo sofrimento psicológico, levando a mulher que padece dessa enfermidade a vomitar tudo o que ingeriu. O vômito funciona como um ritual de auto-expição. Logo em seguida ao vômito, vem o sentimento de prazer e de alívio levando à nova ingestão de alimentos, que, por sua vez gera culpa, repetindo todo o ciclo. Felizmente, a bulimia tem cura. Além do socorro de Deus, por intermédio do seu Espírito Santo, é necessário procurar ajuda de um profissional

especializado. É preciso admitir que muitos cristãos vivem aprisionados por esse esquema de culpa neurótica.

Outra expressão patológica da culpa é aquela que se expressa como sintoma de uma *psicose*, de uma *esquizofrenia*. Nesse caso, o sentimento de culpa apresenta-se como parte de uma doença grave e crônica, cuja forma mais comum é conhecida pelo nome de *psicose maníaco-depressiva* ou *transtorno bipolar de humor*. Nesses casos, o sentimento de culpa é tão intenso e marcado por tão grande angústia e tristeza que o indivíduo perde, inclusive, a capacidade de crer no perdão do próprio Deus por intermédio de Jesus Cristo. Além da ajuda de Deus, temos hoje em dia possibilidade de controle dessa enfermidade, por meio de medicação adequada. À medida que a enfermidade cede e o sujeito recupera a sua consciência, o sentimento de culpa tende a diminuir. Em todo caso, a sua percepção do perdão de Deus fica comprometida, comprometendo igualmente a vivência pessoal desse perdão. As pessoas que sofrem desse tipo de culpa necessitam da ajuda de profissionais especializados, além do devido aconselhamento pastoral bíblico.

Podemos citar ainda outras expressões de culpa. Por exemplo, uma pessoa de classe social baixa, que consegue ascensão social e econômica rápida, pode vir a desenvolver um sentimento de culpa em relação aos membros da sua família de origem e à própria distribuição de renda do país.

Outro caso é o daquela pessoa que sobreviveu a um acidente no qual perdeu um ente querido, que pode vir a ser atormentada por um sentimento de que ela é quem deveria ter partido. Nesse caso, o sentimento de culpa manifesta-se por meio do desejo de se unir ao falecido e produz um sofrimento intenso no sujeito que continua vivo.

Como se vê, são múltiplos os fatores que se encontram na etiologia do sentimento de culpa e inúmeras as conseqüências que pode produzir na pessoa, bem como inúmeras são as expressões humanas deste sentimento.

Entretanto, o sentimento de culpa geralmente apresenta-se como sintoma do pecado e da transgressão. Mas, num processo de *feedback*, a culpa poder transformar-se na causa de inúmeros problemas humanos. Jung (1988) relacionou algumas das conseqüências da culpa para o indivíduo: isolamento social, solidão, depressão, angústia, ansiedade, tendência suicida, insônia e demais distúrbios psicossomáticos, tais como asma, bronquite, prisão de ventre, até doenças mais complexas como algumas manifestações de câncer. A Bíblia também faz referência a algumas doenças relacionadas com a culpa. A leitura e reflexão em passagens tais como Gn 4.1-7, o Sl 32, e Mt 9.1-8 são suficientes para se ter uma idéia do estrago que a culpa pode provocar na alma e na saúde física, espiritual e mental do homem.

II. CULPA E JUSTIFICAÇÃO

Toda pessoa sente culpa em algum grau. A culpa tem sido responsável pelo aperfeiçoamento do espírito humano ao longo dos séculos. Não existe um remédio humano eficaz para esse mal. Tournier (1985) atribuiu à *graça de Deus* a melhor solução que se conhece para o problema da culpa. Tournier talvez tivesse razão, se considerarmos a justificação como uma expressão da graça especial de Deus para o seu povo escolhido. Contudo discordamos de Paul Tournier nesse ponto, afirmando que, antes de receber a graça especial de Deus destinada aos eleitos o culpado carece vivenciar a experiência da justificação. De acordo com os nossos estudos, a solução por excelência para o sentimento de culpa encontra-se na carta de Romanos. Nesse ponto, a contribuição desta pesquisa para a solução do problema da culpa será apresentada na seção a seguir, em que analisaremos essa passagem das sagradas Escrituras, que inclui a nossa única regra de fé e prática.

O trecho de Rm 1.16-17 será estudado com o intuito de possibilitar uma reflexão sobre a teologia bíblica reformada acerca da Justificação pela Fé, como o tratamento mais eficaz para a culpa, em todas as suas formas.

III. O REMÉDIO DE DEUS PARA O PROBLEMA DA CULPA: A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ EM RM 1:16-17

Existem inúmeros textos da Bíblia sagrada que tratam do problema do pecado e, por inferência, da culpa humana. Para não dispersar a reflexão bíblica, teológica, centralizaremos nosso estudo em Rm 1.16-17, por considerá-lo suficiente para resolver o problema da culpa humana diante de Deus pela justificação. Segundo Guilherme Tyndale (*apud* Bruce, 1981), a epístola aos Romanos “é a principal e a mais excelente parte do Novo Testamento, e o mais puro Evangelho” (p. 9). E a excelência dessa carta é compreendida por todos quantos dela se acercam com o verdadeiro espírito de Cristo. Só poderemos nos acercar dessa epístola com esse espírito se nos voltarmos para o contexto em que ela foi escrita. Isto é, se a contextualizarmos dentro da história e do remetente para quem foi escrita, a Igreja em Roma, poderemos compreender a sua importância na solução do problema da culpa do homem contemporâneo.

Fazendo este estudo histórico teremos mais facilidade em compreender por que para Lutero (*ad tempora*) essa carta “é uma luz e uma vereda para a totalidade da escritura”. A partir desses pressupostos, estaremos fornecendo ao leitor alguns dados importantes para a compreensão desse passo das Escrituras e sua aplicação no problema humano da culpa.

- a) *Sua autoria* – Dentre as 14 epístolas atribuídas ao apóstolo Paulo (incluindo Hebreus), Romanos é universalmente aceita como de

autoria do grande apóstolo, sem maiores dúvidas. Essa autoria, além de contar com o testemunho da patrística, conta com o fato de que só mesmo um homem com a formação filosófica e teológica de Paulo a poderia tê-la escrito. Conta-se ainda com o testemunho da própria epístola, de que foi esse o apóstolo que verdadeiramente a escreveu, ou melhor, que a *ditou*.

- b) *Data* – Ela foi escrita antes de completar-se a 3ª viagem missionária de Paulo, o que nos faz situar a data depois de 53 d.C. Existe certa unanimidade entre seus exegetas de que a carta teria sido escrita por volta de 57 d.C.
- c) *Local* – F. F. Bruce (Bruce 1981, p. 13) parece crer que a carta tenha sido escrita em Corinto, durante o inverno de 56-57 d.C., na casa de Gaio.
- d) *Destino* – Embora uma cópia dessa epístola tenha circulado livremente, o fato é que, originariamente, ela foi enviada a Roma por Febe.
- e) *Propósito* – Seu propósito era preparar o crente de Roma para o futuro ministério de Paulo entre eles e fazer uma exposição didática e apologética da doutrina pregada por Paulo, bem como de seus planos missionários.
- f) *Tema* – O grande tema dessa epístola é a justificação pela graça divina mediante a fé em Jesus Cristo (Rm 1.16-17).
- g) *Esboço* – Estaremos nos valendo do esboço de Robert Lee (Lee, 1980, p. 6), posto que o consideramos simples, conciso e completo:

III.I Doutrina – Rm 1 a 11

III.I.I A Justificação pela Fé – Rm 1

III.I.II A Necessidade Universal da Justificação – Rm 2

III.I.III Como Somos Justificados – Rm 3

III.I.IV Justificação pela Fé Não é Doutrina Nova – Rm 4

III.I.V As Bênçãos Que Seguem a Justificação – Rm 5

III.I.VI A Justificação pela Fé e a Questão do Pecado – Rm 6

III.I.VII Os Esforços e Gemidos do Justificado – Rm 7

III.I.VIII A Liberdade e os Privilégios do Justificado – Rm 8

III.I.IX A Justificação e o Judeu Incrédulo – Rm 9 a 11

III.II Prática – Rm 12 a 16

III.II.I Os Deveres do Justificado – Rm 12 a 16

III.II.II Introdução Específica ao Texto de Rm 1.16-17

O texto de Rm 1.16-17, conforme o esboço referido, pertence ao capítulo que trata da Justificação pela Fé propriamente dita. No entanto, outros autores o colocam como pertencendo ao prólogo da epístola. Os autores, porém, são unânimes na afirmação de que ele encerra o tema da epístola, isto é, sua mensagem central, que é a *Justificação pela Fé*, pela graça de Deus, desenvolvida em todos os capítulos da carta de forma circular. O grande desafio para aquele que se sente culpado é encontrar alguma justificação para seus atos que aliviem os seus sentimentos. Deus oferece por meio de Cristo a Justificação pela Fé, que é a base do seu perdão para aquele que sofre do peso da culpa.

Depois de saudar os cristãos de Roma e de expor os motivos de sua epístola, Paulo introduz o tema de sua mensagem. Esse texto, segundo Champlin (1981), trata em suma do “Evangelho por meio do qual alcança a revelação da justiça de Deus e do elevado destino dos remidos” (p. 573). O que Paulo queria dizer com as expressões contidas nesses dois versículos é que, se o homem há de ser justificado diante de Deus, ele o será apenas por fé, excluindo totalmente as suas obras ou possíveis méritos e/ou mesmo deméritos pessoais.

Esse texto, portanto, não é apenas uma síntese da epístola aos Romanos, mas sim, uma síntese de todo o ensino escriturístico sobre a justificação do pecador diante de Deus. Trata-se de uma síntese do Evangelho de Jesus Cristo, largamente dissecado e pregado por Paulo ao longo do seu ministério.

Por aquela ocasião, Paulo encontrava-se em Corinto, provavelmente durante o inverno de 57 d.C. Durante mais de três anos, estivera trabalhando em Éfeso e estava em sua terceira viagem missionária. O Evangelho já havia sido pregado a toda a província da Ásia, e o Apóstolo dos Gentios, como é hoje conhecido, já havia escrito outras epístolas tais como Gálatas e 1 Coríntios.

Havia muito tempo, Paulo vinha pensando em ir a Roma, e agora, na casa de Gaio, ele tomara a sua decisão. Pensava em levar o evangelho até a Espanha e, como era um homem prevenido, escreveu para os crentes de Roma expondo sua doutrina e seus planos em busca, quem sabe, do apoio político dessa Igreja para seus propósitos missionários na parte ocidental do Império.

Alguns são da opinião de que, por ser Roma o centro do Império, Paulo alimentava esperança de que a Igreja de Roma viesse a se transformar no centro do cristianismo. Outros julgam que, pela importância de Roma, Paulo buscava naquela Igreja uma base de apoio para futuras incursões, e esta última opinião é a mais fácil de aceitar por ser mais congruente com o conteúdo de sua missiva. Para fazer dessa igreja uma base de apoio, sendo ela o centro ou capital, localizada no coração do Império Romano, e um antro de

corrupção e luxúria, necessário se fazia dotar a Igreja local dos conhecimentos básicos do Evangelho de Paulo, que é, em última análise, o Evangelho de Jesus Cristo.

O maior problema relacionado a essa igreja, porém, reside nas teorias sobre a sua origem. Paulo ainda não havia estado em Roma. Ele não tinha intenções de edificar sobre fundamento alheio. Como podemos, então, harmonizar sua linha de conduta missionária com as intenções claramente doutrinárias demonstradas por ele em relação à Igreja de Roma? Acreditamos que essa pergunta haverá de ser respondida pelo estudo da origem da Igreja a quem foi endereçada a Carta.

Para isso, analisaremos algumas teorias a respeito do assunto. Segundo F. F. Bruce (1981), essa igreja teria sido fundada por romanos que ouviram o evangelho, quando do discurso de Pedro no dia de Pentecostes. No entanto, essa hipótese não parece provável, pela falta de documentação mais específica a respeito, além do relato de Atos 2, e pelo fato de que, na época da epístola, havia um número muito grande de crentes em Roma que não pareciam ser filhos espirituais daqueles que ouviram a mensagem de Pedro.

Outra teoria, esposada pelos católicos romanos, afirma que essa igreja teria sido fundada por Pedro, que estivera em Roma e lá vivera 25 anos. Mas essa teoria é não apenas improvável como absurda, pelos fatos que se seguem:

- a) Se a Igreja de Roma foi fundada por Pedro, por que Paulo não faz alusão a ela nesta epístola, como era de esperar? E por que, ao chegar preso em Roma, Paulo não faz alusão a Pedro se esse era de fato o fundador e o pastor dessa igreja em At 28?
- b) Se o próprio Paulo afirma nesta epístola que não pretende edificar sobre fundamento alheio, quando ele estava doutrinando a Igreja de Roma, isso significa que na verdade não foi ele, e sim Pedro, que a fundou?
- c) Se Pedro de fato foi até Roma, por que não existem evidências históricas no Novo Testamento de sua estada lá, já que 25 anos cobririam mais de um terço de sua vida?

A teoria mais aceita, com base na própria epístola aos Romanos, é aquela segundo a qual a Igreja em Roma teria sido fundada por imigrantes judeus e gentios que se mudaram para lá, já convertidos pelas pregações de Paulo, durante as primeiras jornadas missionárias. Essa teoria justifica as numerosas saudações de Paulo aos crentes daquela igreja e tem ainda a seu favor o fato de Roma, naquela época, ser o centro mais procurado do Império para se viver.

Outro fato notável dessa igreja é o de que ela era formada essencialmente por gentios convertidos, embora lá existissem, sem dúvida, muitos judeus cristãos. Isso é comprovado pelo elevado número de nomes latinos citados por Paulo em suas saudações. Esse fato vem justificar as doutrinas expostas na epístola que procuram fundamentar a Igreja contra as influências judaizantes, as quais, provavelmente, já tinham chegado lá e, ao mesmo tempo, traziam à tona a real situação dos judeus diante do evangelho. Os judaizantes acreditavam que o homem estava apto, por si mesmo, pelos seus próprios esforços, para resolver o problema da culpa. Paulo, em Romanos, demonstra a incapacidade do homem de lidar com a culpa e, por isso, Deus resolveu esse problema para ele por meio da graça de Cristo. Paulo estava fundamentando a Igreja de Roma para evitar, ou pelo menos amenizar, os problemas criados pelos judaizantes, como ocorreu na Igreja da Galácia.

Daí que, ao escrever para Roma, Paulo abordasse os problemas relacionados, tanto com os gentios cristãos quanto com os judeus cristãos. Os gentios de Roma – isto é, os cristãos gentios da Igreja de Roma – estavam inclinados a crer que os judeus não tiveram influência alguma para o advento do cristianismo e, ao que parece, até os menosprezavam em suas pretensões de povo escolhido de Deus. Disso decorre a argumentação de Paulo, de que os judeus foram os escolhidos primariamente para servir de instrumentos da revelação de Deus às outras nações no Antigo Testamento. Os judeus de Roma – os quais, ao que parece, depois de convertidos ao cristianismo – mostravam ares de superioridade por haverem se convertido e, talvez, por influência dos judaizantes, ou mesmo por incompreensão do evangelho, preservavam ares de santidade, guardando todo um *mosaísmo*, isto é, a lei e os preceitos cerimoniais de Moisés no Pentateuco.

Nesse contexto, Paulo escreve essa carta, não apenas para expor o conteúdo do evangelho, mas ainda para resolver os problemas existentes entre judeus e gentios convertidos ao cristianismo na Igreja de Roma. É por isso que a sua epístola está eivada de argumentação procurando estabelecer as relações entre judeus e gentios nos propósitos de Deus.

Paulo aproveita a deixa dos problemas existentes entre eles para lhes ensinar que tanto judeus como gentios carecem da graça de Deus, para serem considerados justos diante dele, já que homem algum é justo por si mesmo ou alcançou a justificação pelas obras da lei.

Em outras palavras, enquanto combatia judaizantes e gentios presunçosos, Paulo procurava expor a natureza do Evangelho de Cristo e de sua salvação, os quais ele apresenta baseados exclusivamente na graça de Deus, revelada em sua justiça por meio de Cristo, que no-la concede exclusivamente pela fé. Será pela justiça divina e não pela sua própria que o homem será justificado dos seus pecados e aliviado do sentimento de culpa que o atormenta.

Segundo *O Novo Testamento interpretado* (Champlin, 1981, p. 575), a epístola aos Romanos trata dos seguintes temas principais:

- a) A justiça de Deus – apresentada como requerendo um plano de redenção de Deus para o homem (cap. 1 a 3).
- b) Cristo é a justiça de Deus – isto é, a justiça que Deus requer do homem, para que este possa ser declarado justo, é o próprio Jesus Cristo, pois a justiça de Cristo pode ser atribuída aos homens (cap. 5 a 8).
- c) A fé é o veículo por meio do qual fluem as bênçãos de Cristo – isto é, a fé é um dom de Deus e é por meio dessa fé que Deus atribui a justiça de Cristo a todo aquele que crer (toda epístola).
- d) A identificação espiritual do crente com Cristo – (cap. 6)
- e) O conflito entre a nova e a antiga natureza no indivíduo regenerado (cap. 7)
- f) A vocação, a eleição, a predestinação, a justificação, a santificação e a glorificação daquele que crer em Cristo – (cap.8).
- g) A relação entre a nação de Israel e a Igreja cristã nos planos divinos – (cap. 9 a 11).
- h) A ética cristã – (cap. 12 a 16).

Pelo que foi exposto até aqui, é possível afirmar que o centro da epístola de Paulo aos Romanos é Cristo e a redenção que ele oferece pela imputação de sua justiça a todo aquele que nele crer.

Outra grande dificuldade para aquele que padece da culpa é encontrar uma forma de expiá-la e de pagá-la. Paulo apresenta, nesse texto, Cristo como o pagamento de Deus pelos pecados do homem. Tendo Cristo morrido para pagar os pecados de todo aquele que nele crer, o crente em Jesus Cristo tem seus pecados pagos pela obra de Cristo na cruz do Calvário e já pode receber o perdão pelos seus erros e, a partir daí, tornar-se livre da sua culpa diante de Deus.

Os motivos principais que levaram Paulo a escrever essa epístola, além de sua intenção de ir a Roma e de receber de lá apoio para ir à Espanha, são os problemas existentes na Igreja de Roma entre os gentios e judeus convertidos ao cristianismo. Eles não compreendiam sua posição quanto ao sentido da vida e da obra de Cristo, e nem mesmo a sua própria posição teológica em Cristo, diante de Deus, em face da lei e do evangelho respectivamente, isto é, em face da salvação pelas obras e em face da salvação pela fé, duas teorias teológicas conflitantes. A primeira, com origem nas doutrinas dos fariseus, e a segunda com sua gênese na pregação de Paulo.

Nesse texto, Paulo vai direto ao assunto geral e central de sua epístola, ou seja, “o evangelho por meio do qual é concedida a revelação da justiça de

Deus e do elevado destino dos remidos” (Champlin, 1981, p. 573). O autor da carta de Romanos aborda esse tema em dois versículos do Capítulo 1, versos 16 e 17, que analisaremos a seguir:

Verso 16 – Este versículo é de profundo conteúdo teológico sobre a natureza do evangelho que Paulo apresenta aos seus leitores e ouvintes como “o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crer”. Este versículo funciona como uma introdução à declaração do verso seguinte.

Verso 17 – Segue a declaração magistral do apóstolo: “o justo viverá pela fé”. E para compreendermos bem o conteúdo deste versículo, bem como o do anterior, necessário se faz que paremos para estudar o sentido real de cada palavra usada por Paulo, e é o que faremos a seguir:

a) *Pois não me envergonho do Evangelho*. Paulo introduz o seu assunto com essa declaração. É de consenso geral entre os estudiosos que na capital do Império Romano – Roma – o evangelho era ridicularizado como produto do fanatismo religioso, não sendo tomado a sério, especialmente no que dizia respeito à doutrina da ressurreição.

Se para gregos e romanos, como na declaração acima, o evangelho representava uma insensatez, para os judeus não convertidos ao cristianismo representava uma pedra de tropeço, principalmente na concepção vicária que esse evangelho apresentava do Messias.

Segundo Crisóstomo (*ad tempora*), Paulo, ao escrever que não se envergonhava do evangelho queria dizer tanto para os romanos quanto para os judeus que, embora a cidade deles fosse a senhora do mundo, embora seus imperadores fossem adorados como divindades presentes, por mais que pudessem sentir-se elevados pela pompa, luxúria e vitória, ele não se envergonhava do evangelho que pregava o poder de Deus.

Segundo Koppe (apud Champlin, 1981), é como se Paulo estivesse dizendo: “Não me envergonho, nem mesmo em Roma [...], onde, portanto, a doutrina sobre um salvador crucificado provavelmente nunca causaria atração” (p. 574).

Paulo constrói a sua afirmativa com uma negativa, recurso literário que ele usa não para diminuir a força de sua expressão, mas para enfatizá-la. E, para ele, a questão de sentir ou não vergonha em anunciar o evangelho de Cristo não reside em um problema de cultura, nem mesmo em um problema moral, mas sim em um problema de fé, e sua declaração está em consonância com os ensinamentos do mestre em Mt 10.32-33: “Portanto todo aquele que me confessar diante dos homens, também eu o confessarei diante do meu Pai que está nos céus. Mas aquele que me negar diante dos homens, também eu o negarei diante do meu Pai que está nos céus”.

Mas Paulo não pára aí. Ele diz que não se envergonha do Evangelho de Cristo, e agora passa a dar os motivos pelos quais não tinha vergonha alguma, sentimento, quem sabe, experimentado por alguns crentes fracos na fé. Por isso, é sempre bom que nos detenhamos nessa afirmativa de Paulo, pois a vergonha do evangelho só manifesta naquele que a sente diante de Deus e diante dos homens fraqueza na fé e incredulidade. Envergonhar-se do evangelho, para o escritor de Romanos, é envergonhar-se do próprio Deus, pois o testemunho do evangelho é a manifestação de um compromisso de fé e confiança nas promessas de Deus contidas no evangelho. Como Paulo poderia envergonhar-se da única solução divina para a culpabilidade humana? Nesse ponto, Paulo demonstra a sua coragem em pregar o evangelho como solução para os problemas eternos e existenciais do ser humano. O evangelho é pregado pelo Apóstolo dos Gentios como a solução eterna para a alma que sofre, seja como consequência do pecado cometido por Adão, seja como consequências dos seus próprios pecados.

b) *Evangelho*. O objeto de que Paulo ousava não se envergonhar não era uma obra literária, nem os feitos de um herói, mas sim, o Evangelho de Deus. E para compreendermos o real sentido desta palavra “evangelho”, discutiremos um pouco sobre ela.

Segundo *O Novo Testamento Interpretado* (Champlin, 1981, p. 574), são os seguintes os usos desse vocábulo nos escritos neotestamentários:

- *Grego clássico*: segundo o comentário supracitado, no grego mais antigo, bem como nos escritos de Homero, *evangelho* significa a “recompensa” por trazer boas novas. Isto é, seria a recompensa, o prêmio que o arauto recebia por ser portador de boas novas.
- *Plutarco*: foi o primeiro a usar este termo, com um sentido mais próximo do usado no Novo Testamento. Para ele, *evangelho* seriam *as boas novas de uma vitória*.
- *Culto imperial*: nele, segundo a obra citada, o termo era utilizado para indicar as proclamações imperiais. Seriam as dádivas de vida e proteção do imperador ao povo. Aqui o sentido já se assemelha àquele usado no Novo Testamento.
- *Novo Testamento*: este termo, muito usado em todo o Novo Testamento, tem um significado especial, além do significado divino de boas novas de salvação em Cristo. Depois da ascensão de Jesus, a palavra era usada para indicar a proclamação, a pregação concernente a Jesus Cristo, como tendo sofrido a morte na cruz, para a eterna salvação dos homens no Reino de Deus, mas que é ressuscitado e exaltado para consumir o Reino de Deus. Para ele, o

evangelho representa “as boas novas de salvação por Cristo: a proclamação da graça de Deus manifestada e hipotecada em Cristo; a exposição do conteúdo do evangelho segundo o modo de alguém, apóstolo ou pregador” (Thayer apud Taylor, 1978, p. 90). O evangelho, nesse sentido, é a boa nova para o problema do sentimento de culpa do homem, porque, por meio do Evangelho, Jesus liberta o pecador desse sentimento quando o Espírito Santo nele aplica a obra vicária de Jesus Cristo.

Agora, no sentido de Paulo, o evangelho tem um significado mais profundo, pois quer dizer tanto o perdão de Deus para os crentes em Jesus Cristo, como também a contínua obra de salvação que o Espírito Santo realiza no coração dos eleitos, transformando-os à imagem de Jesus Cristo. Para Paulo, portanto, o evangelho é apresentado em sua mais alta expressão. Para ele, o evangelho representa o próprio poder de Deus (Rm 1.16); a revelação da justiça de Deus (Rm 1.17); o condutor da salvação a todo aquele que crer (Ef 1.13).

Portanto, quando Paulo refere-se ao evangelho como “o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crer”, ele está se referindo à pessoa e à obra de Jesus Cristo, bem como à proclamação de seus ensinamentos e seus feitos, sua obra vicária que, em suma, é a base da salvação de todo aquele que crer. Salvação não somente em sentido espiritual. Salvação que alcança a pessoa humana como um todo e proporciona alívio para grande parte dos seus sofrimentos, mormente daqueles produzidos pelos seus pecados ou pelas marcas do pecado como é o caso da culpa e do sentimento de culpa.

c) *O poder de Deus*. Aqui Paulo usa a palavra *dinâmis* para se referir ao evangelho. E segundo W. C. Taylor (Taylor, 1978, p. 61), essa palavra significa “poder inerente, força física” etc. Normalmente, esse termo aparece no Novo Testamento para indicar poderes miraculosos, poder espiritual, poder, em última análise, inerente a Deus e ao seu filho, Jesus.

Essa palavra usada por Paulo é a raiz da nossa palavra “dinamite”. Portanto, para o escritor de Romanos, o evangelho, o poder de Deus, seria a obra que Deus realiza em Cristo para a salvação de todo aquele que crer. Essa definição de evangelho como poder de Deus implica a onipotência de Deus como fiadora do cumprimento das promessas contidas no evangelho.

No entanto, o poder de Deus refere-se também à natureza do evangelho que Paulo prega. Não se tratava de poder político, social ou econômico. Em última instância, não se tratava de nenhum poder deste mundo, mas sim do poder de Deus. Essa declaração mostra a convicção de Paulo de que o Evangelho de Cristo não era de natureza judaica, não era invenção de algum místico religioso, mas tratava-se de algo de origem divina, de natureza divi-

na. Seu autor era o próprio Deus e tinha a garantia da onipotência de Deus para a sua efetivação no coração daquele que, ouvindo, cresce, gerando nele poder com força suficiente para resgatar as dívidas do homem para com Deus.

O evangelho como poder de Deus tem sido minimizado nas pregações calvinistas. É necessário retomar a prédica desse ponto, enfatizado pelo apóstolo Paulo, para dar sentido à busca de milhares de cristãos que acorrem à igreja aos domingos em busca de alimento para suas almas, de luz, de direção para suas vidas e, mesmo, de conforto para seus sofrimentos psicológicos causados pela dor de ter pecado contra Deus, contra si mesmo e, às vezes, contra o seu próprio semelhante.

d) *Para a salvação*. Para se referir à salvação, Paulo usa uma palavra grega que, no Novo Testamento, mais especificamente, significa “salvação messiânica”. No entanto, para compreendermos melhor este conceito de salvação recorreremos ao sentido bíblico de salvação, voltando ao Antigo Testamento e depois ao Novo Testamento.

No Antigo Testamento, a palavra mais usada para se referir à *salvação* corresponde ao verbo *yasha*, normalmente usado na voz passiva, para designar o ser salvo e na causativa, o fazer salvar ou mandar salvar.

É notório, porém, que no Antigo Testamento a salvação era entendida apenas em sentido material: salvar da enfermidade; salvar da guerra; salvar da escravidão; salvar da morte etc. Só mais tarde é que o judeu passou a entender a salvação como algo relacionado com o Deus eterno. E quando passou a entendê-la assim, essa salvação também passou a ser considerada como obra exclusiva de Deus. Deus é quem salva e ele é o único salvador (Dt 20.4; Sl 69.2; Is 45:21; Os 5.13; Sl 51.14).

No Novo Testamento, o verbo *salvar* e o substantivo *salvação* aparecem mais de 150 vezes. Fora do sentido puramente material, o judeu passou a relacionar esses termos com o eterno. A salvação aparece sempre ligada ao resgate feito por Jesus Cristo ou por ele anunciado. E, segundo P. Bonnard, a salvação é manifestada no Novo Testamento pela libertação do homem, libertação essa não apenas de alguns males, quer sejam sociais quer físicos, como querem alguns, mas sim e, acima de tudo, libertação da condenação do pecado. Libertação, por assim dizer, do poder da morte. Essa libertação é efetuada por meio de Jesus Cristo, que leva o homem a uma nova vida de comunhão com Deus. A salvação, segundo o autor referido acima, seria, antes de mais nada, a comunhão restaurada, na paz restabelecida do homem com Deus por meio Jesus Cristo.

Segundo *O Novo Testamento Interpretado* (Champlin, 1981, p. 575), quando Paulo fala da salvação, ele a associa ao “livramento da tirania do pecado e da degradação da natureza humana decaída, pela obra redentora de Deus em Cristo”.

Assim, Paulo não estava falando da salvação apenas material, mas de uma libertação até de caráter social ou físico. Paulo estava falando da salvação em sentido mais amplo, daquela que o homem recebe ao ser livre da condenação que paira sobre ele, pelo pecado que o assedia tenazmente, pois o mesmo Paulo diz que, se a nossa esperança limitar-se apenas a esta vida, “nós somos os mais miseráveis e infelizes dos homens”. E outro fato digno de nota é que Paulo não concebe essa salvação fora da obra redentora de Jesus Cristo. Para ele, se o homem tem de ser salvo, ele só alcançará essa salvação mediante a obra redentora de Jesus Cristo.

O conceito paulino de salvação é mais abrangente do que se pensa. Salvação eterna e salvação para uma vida com qualidade divina, aquela vida que só Deus pode oferecer. Salvação eterna e salvação que começa ainda nesta vida. Salvação espiritual e salvação que traz alívio e socorro para os males do corpo e da mente humana. Salvação eterna e salvação que justifica e perdoa o pecador.

e) *De todo aquele que crer*. A ênfase de Paulo nessa expressão recai na palavra “crer”. Expressada aqui pelo verbo *pisteuonti*, no dativo singular masculino do particípio presente, derivado de *pistew*. E “crer”, aqui, é utilizado no sentido de “depositar inteira confiança na pessoa e na obra de Jesus Cristo”. A expressão acima demonstra que Paulo está procurando determinar o meio pelo qual o poder de Deus opera. Isto é, o evangelho, que é o poder de Deus, manifesta esse caráter poderoso na vida daquele que deposita a sua confiança em Jesus Cristo. Paulo quer dizer que o evangelho, que é o poder de Deus, opera por meio da fé, e o resultado obtido é a maior de todas as obras, isto é, a salvação pela vida e obra de Cristo, salvação inclusive das culpas conscientes e inconscientes que assolam o ser humano.

f) *Pois a justiça de Deus*. A palavra utilizada por Paulo para se referir à justiça de Deus, em grego, significa originalmente “retidão”, e segundo Thayer, *apud* Taylor, significa também “o estado aceitável a Deus que cabe ao pecador, mediante a fé, pela qual ele abraça a graça de Deus que lhe oferece na morte expiatória de Jesus Cristo” (Taylor, 1978, p. 58). O autor fornece os seguintes significados para o termo ou a expressão justiça de Deus: a natureza intrínseca, santa de Deus, seria o seu próprio caráter justo (Rm 3.5); outro sentido seria o de norma eterna de santidade divina (Rm 6.13,16); ela pode ser tomada também como significando aquilo que é feito tanto na justificação como na santificação; ou seriam, ainda, os resultados dessas medidas divinas operadas na alma do crente. A justiça de Deus nesta expressão seria a retidão absoluta, tal como a graça e verdade reveladas pela primeira vez no cristianismo.

Trata-se daquela justiça que não somente instaura a lei da letra e requer retidão da parte do homem, e que em seu caráter de juiz profere a sentença de morte, mas é igualmente aquela que se manifesta na união com o amor, ou seja, a graça divina em forma de retidão, produzindo essa retidão no homem. Ou, ainda, em suma: a justiça de Deus é a autocomunicação que procede da parte de Deus, que se torna justiça pessoal na pessoa de Cristo, o qual, em seu sofrimento como nossa propiciação, satisfaz a justiça da lei (em consonância com as exigências da consciência), que, mediante o ato da justificação, aplica ao crente, para sua santificação, os méritos da expiação de Jesus Cristo. Essa justiça divina aplicada no coração do crente pelo Espírito Santo é a base da sua justificação perante Deus.

Já C. R. Erdman (1980b, p. 29-30) diz que a expressão “justiça de Deus”, no sentido empregado nesse versículo, não se refere ao atributo de Deus ou a qualquer de suas prioridades, nem denota o caráter moral infundido no homem pela ação do Espírito Santo de Deus, mas designa, antes, a justa relação para com os requisitos da lei divina que Deus propicia àqueles que se entregam a Jesus Cristo. Significa a aceitação conferida ao homem pecador por parte de um Deus Santo. A justiça de Deus nesse sentido, segundo o abalizado autor citado, seria a soma total de tudo quanto Deus exige, aprova e provê, por meio de Cristo, a todo aquele que se achega a ele por meio de seu filho Jesus.

Para Paulo, portanto, a justiça de Deus, corresponderia não apenas às exigências da lei, mas também ao seu cumprimento por meio de Cristo. Seria, também, a concessão dessa justiça adquirida por Cristo na cruz do Calvário, para todos aqueles que nele depositam a sua fé, a sua confiança.

É exatamente a justiça de Deus a base da Justificação pela Fé, pois essa justificação não é um ato gratuito para Deus. Embora Deus conceda a justificação gratuitamente ao homem pecador que deposita em Cristo a sua confiança, essa justiça, ou melhor, a imputação dessa justiça de Deus ao pecador custou para ele a morte e a ressurreição de seu filho. A imputação da justiça de Deus ao homem custou para Deus a obra de seu filho Jesus.

g) *Se revela de fé em fé.* Segundo J. Murray, esta expressão quer acentuar o fato de que a justiça de Deus não somente age salvadoramente em nós, pela fé, mas também age sobre todo aquele que crer. Ou, ainda, por esta expressão, Paulo quer dizer que a justiça alcançada para o pecador baseia-se na fé e se dirige para fé. Isto é, a justificação seria um caminho que parte da fé e nela termina.

A nosso ver, entretanto, a melhor síntese do real sentido desta expressão é aquela segundo a qual essa frase significa que o crente dá início a essa carreira de justiça mediante a fé. Quer dizer que a fé é o elemento provocador, fazendo parte integrante da conversão como passo inicial da regenera-

ção, uma vez que é obra do Espírito Santo. É provável que essa expressão subentenda diversos graus de fé, mas não é essa a sua idéia central. Antes, ela quer afirmar que a vida espiritual é uma vida de fé do princípio ao fim.

Pode-se afirmar que por esta expressão, *de fé em fé*, Paulo quer determinar a maneira pela qual a redenção é iniciada no coração do homem: pela fé. E ele está se referindo, ainda, à maneira pela qual essa redenção é perene-mente desenvolvida pelo Espírito Santo na vida do crente: ela é desenvolvida pela fé. É esse o modo pelo qual Deus opera para justificar todas as culpas humanas perante ele.

A fé, nessa passagem de Romanos, é dinâmica. Trata-se do mais alto nível de conhecimento que o homem pode ter de Deus. Conhecimento de Deus, por meio do Espírito Santo, que vivifica a sua palavra revelada na Bíblia sagrada e opera para a salvação aplicando no coração daquele que crer os benefícios da obra redentora de Cristo Jesus como a libertação das penalidades eternas e das suas conseqüências no coração do cristão. Fé que opera para libertá-lo dos grilhões do pecado e para curá-lo do sentimento de culpa que o atormenta.

h) *O justo viverá pela fé*. Este é o cerne de Rm 1.16-17, e não apenas desse texto, mas também de toda a epístola aos Romanos e de todo o ensinamento do apóstolo Paulo em suas principais cartas. Antes de estudarmos o conteúdo exegético desta expressão como um todo, consideramos importante extrair o significado de cada uma das palavras que a compõem.

O justo. Segundo W. C. Taylor (1978, p. 58), esta palavra é traduzida por “justo, inocente, aprovado, livre da condenação mediante a fé”. Vejamos os principais sentidos desta palavra no seu uso histórico. No grego clássico, o adjetivo *justo*, no mundo greco-romano, por volta do primeiro século de nossa era, apresentava três significados principais em relação àqueles a quem se aplicava: era considerado justo aquele que fosse considerado correto em seu comportamento e em suas relações com seus semelhantes; também era considerado justo aquele que fielmente se submetia às leis; finalmente, segundo P. Bonard, na mística helênica, influenciada pelas religiões orientais, justificar significava tornar justo, tornar impecável, perfeito, no sentido de qualidade religiosa adquirida de uma vez por todas.

O conceito de justiça no Antigo Testamento. No Antigo Testamento, a idéia de justiça é bem diferente, pois para os judeus essa idéia não pode ser compreendida fora de Deus, ou fora das relações do homem com Deus.

O verbo “justificar” aparece quase sempre em forma passiva e sempre quer indicar que o homem não é justo em si mesmo, mas é justificado, isto

é, declarado justo por Deus. É exatamente essa aprovação divina que ele deve procurar acima de tudo. Nessa concepção judaica, Deus é representado primordialmente como um juiz, um rei que julga, a quem o homem deve comparecer para receber ou sua sentença, ou sua aprovação (Is 45.25; 5.22 e Sl 143.1-3).

O sentido de justiça no Novo Testamento. Embora no Novo Testamento existam alguns termos em que “justiça” venha a significar um estado recomendável do homem (Mt 27.19; Lc. 12.57), até nesses textos esse estado recomendável do homem dever ser compreendido em suas relações com Deus, idéia esta já presente no Antigo Testamento e aqui desenvolvida.

Bonard (apud Allmen, 1972, p. 220-1) afirma que, no Novo Testamento, “Deus é justo no mesmo sentido do Antigo Testamento. Ele exerce verdadeiramente seu direito de vida ou de morte, de aprovação ou de desaprovção sobre seus súditos, que são todos os homens, sabendo eles ou não” (Rm 1.17; 3; 26 e 1 Jo 1.9).

Paulo. Embora esteja imbuído do pensamento judaico sobre o conceito de “justiça”, *O Novo Testamento Interpretado* (Champlin, 1981) destaca os seguintes aspectos para o sentido de justiça em Paulo: a justiça tratada nesse verso seria a justiça de Deus cumprida na cruz, e agora reivindicada pela pregação apostólica (Rm 1.17); seria também a condição do homem como de inteira condenação diante de Deus, condenação essa plenamente satisfeita na cruz de Cristo (Rm 5.8; Gl 3.13; Rm 4.5; 5.13; 14.15; § 25 etc.).

Tomando a justiça tratada por Paulo como intimamente relacionada com a cruz, o homem não é justo em si mesmo, mas ele é declarado justo. A justiça de Cristo lhe é emprestada. Assim, tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento, não se pode compreender a justiça, como um atributo do homem, de sua natureza humana, mas sim como algo que o homem adquire em suas relações com Deus. E ele não a adquire por méritos próprios, pois não é algo característico do homem, mas sim característico de Deus. Assim, quando Paulo diz que “o justo viverá pela fé”, o que ele está afirmando é que aquele a quem Deus declara justo, é que gozará da vida *de Deus, com Deus*. Justo não é, aqui, aquele que tenha alguma qualidade meritória, mas sim aquele a quem Deus atribui as qualidades meritórias de seu filho Jesus Cristo. Justo é aquele a quem Deus declara justo, a quem Deus justifica.

O sentido da palavra “viverá”. Para compreendermos a que tipo de vida Paulo estava se referindo, faremos como temos feito em todas as outras partes deste trabalho: recorreremos ao conceito de “vida” tal como ele nos é apresentado e como é entendido na Palavra de Deus.

A “vida” no Antigo Testamento. Embora *vida* no Antigo Testamento quase sempre seja entendida no sentido material, é importante notar que também aqui, e mesmo com este sentido material, os judeus não compreendem a palavra *vida* fora da realidade de Deus. No Antigo Testamento, Deus é que dá ao homem a verdadeira vida, em sua totalidade, e essa vida normalmente é o resultado da atitude do homem em face de Deus e de sua palavra. A vida no Antigo Testamento é dom de Deus, é graça que ele concede em plenitude aos que o amam e o obedecem (Dt 30.15; 32.47; 28.1-14; Sl 36 e Pv 3.1-10).

A “vida” no Novo Testamento. Vida no Novo Testamento está sempre relacionada com a ressurreição de Cristo, e é entendida em um sentido mais amplo que no Antigo Testamento, pois em vez de se prender apenas, ou quase sempre, a realidades materiais, como no Antigo Testamento, a vida no Novo Testamento, aponta sempre para o eterno.

E além do conceito que normalmente se tem da vida eterna como vida na eternidade, no Novo Testamento a concepção de vida abrange esse conceito para significar também a participação da salvação na vida de Deus. Vida é, essencialmente e acima de tudo, comunhão com Deus. E esse conceito, além de aparecer ricamente em Jesus Cristo, isto é, nos Evangelhos, evidencia-se de maneira notória em Paulo. Para ele, a vida é aquele restabelecimento da comunhão do homem com Deus, por meio de Jesus Cristo (Rm 1.17; 1 Tm 1.11 e 6.12).

Segundo F. F. Bruce, para Paulo, como para a maioria dos judeus, vida (principalmente vida eterna) e salvação eram praticamente sinônimos. E segundo esse abalizado autor, ao afirmar que “o justo viverá pela fé”, Paulo está afirmando que aquele que é justo (justificado), pela fé, é que será salvo e livre das suas culpas. Vida, então, aqui é tida como sinônimo de “salvação”. Para esse autor, ao afirmar que o justo viverá pela fé, o que o Apóstolo dos Gentios quer dizer com “viverá” é que aquele que é justificado pela fé em Cristo terá sua comunhão com Deus restabelecida por toda a eternidade e não sofrerá as penalidades e a condenação eterna.

Segundo Paulo, a fé tem o mesmo sentido no Novo Testamento que tem no Antigo Testamento, e ele mesmo a apresenta tão relacionada com Deus e suas promessas que, em Ef 2.8, ele nos apresenta a fé como um “dom de Deus”. Portanto, para ele, a fé é uma dádiva de Deus àqueles que ele escolheu para a salvação em Cristo e nada tem a ver com credices ou superstições, como querem alguns. A fé é algo que ele apresenta como bem relacionado com a pregação da palavra de Deus e com a obra do Espírito Santo no coração dos eleitos em Jesus Cristo.

Convém salientar, ainda, que fé, para Paulo, não é o objeto da confiança do crente. Para ele, o objeto da confiança do crente é Jesus Cristo. Assim,

ao afirmar que “o justo viverá pela fé”, ele está afirmando que a fé será o meio pelo qual o homem chegará até Jesus Cristo e receberá de suas mãos a sua justiça, a justificação. A fé, em Paulo, é apenas um meio gerado pelo próprio Deus por sua palavra aplicada pelo Espírito Santo ao coração de todo aquele que crer. Já a expressão fé tem esse significado. Para W. C. Taylor, *fé* é conceituada universalmente na Bíblia, como “uma experiência realizada no coração como cumprimento da obra de Cristo, na doutrina e no gozo da salvação” (1978, p. 174). Nesse caso, a fé seria a atitude pela qual a inteira personalidade humana descansa sobre Deus ou sobre o Messias em absoluta confiança e dependência em seu poder, bondade e sabedoria (Sl 62).

Depois de estudarmos detalhadamente o sentido das principais palavras empregadas pelo apóstolo Paulo no texto de Rm 1.16-17, passaremos a comentar o texto em seu sentido geral. Isto é, comentaremos o texto considerando-o como um todo, para compreendermos melhor o real sentido a ele atribuído por Paulo e aquilo que ele tem a dizer para nós, estudantes da palavra de Deus.

A expressão de Romanos de que “o justo viverá pela fé” quer dizer que aquele que é justo (justificado), pela fé é que é salvo. Essa expressão não é original de Paulo, mas é uma citação que ele faz do profeta Habacuque. Passaremos, a seguir, ao estudo desse e de outros livros, e à análise do seu conteúdo teológico-exegético.

Habacuque 2.4. Habacuque, clamando a Deus contra a opressão sob a qual seu povo se encontrava, no século VII a.C., recebe de Deus a segurança de que a impiedade não triunfará e a justiça seria finalmente vitoriosa para aqueles que lhe permanecessem fiéis.

Normalmente, a melhor tradução apontada para esse texto é a de o justo viverá por sua fé, pois no próprio *Talmud*, o hebraico *IMUNAH* é traduzido como “por sua fé”, e *IMUNAH* foi traduzido na LXX pela palavra grega empregada por Paulo nesse texto que significa, em última análise, a fé como “a inteira confiança do homem, na graça redentora de Deus”, confiança essa, no pensamento de Habacuque, gerada pelo próprio Deus no coração de seus fiéis.

Segundo Crabtree (1977, p. 234), essa expressão de Habacuque é a síntese da doutrina dos profetas sobre o relacionamento do homem com Deus. E segundo o mesmo autor, essa posição de Habacuque vai exatamente de encontro ao sacerdotalismo, que pleiteava, em sua época, um relacionamento do homem com Deus baseado apenas no cumprimento da lei e do cerimonialismo judaico. Com essa expressão, o profeta afirma que a base do relacionamento do justo com Deus não é o cumprimento dos ritos judaicos, mas sim a inteira confiança do homem nas promessas de Deus para seu povo em

sua palavra. E já em Habacuque, encontramos a base bíblica de que a salvação não é fruto de obras ou méritos humanos, mas algo que depende inteira e exclusivamente da graça de Deus. O que Paulo faz é apenas interpretar esse ensino profético à luz da epifania de Deus em Cristo. E a primeira citação que Paulo faz dessa expressão bíblica não é a de Romanos, mas sim a de Gálatas, epístola datada provavelmente de 55 ou 56 d.C. e, portanto, anterior a Romanos.

Gálatas 3.11. Os gálatas haviam aceitado o evangelho tal como Paulo o pregava. Isto é, a salvação como obra consumada de Deus em Cristo para todo aquele que crer. No entanto, por meio das influências judaizantes, os crentes da Igreja acrescentaram à sua fé em Cristo o cumprimento da lei e do ritual mosaico como uma espécie de complemento para a sua fé. Segundo C. R. Eerdman, esse texto “é usado por Paulo como afirmação de um grande princípio pelo qual aqueles que confiam no Senhor, por ele são aceitos como justos” (Eerdman, 1980a, p. 66-67). Conforme a maioria dos comentaristas desse texto de Gálatas, aqui Paulo faz o contraste entre a salvação pelas obras e a salvação oferecida no evangelho, que se dá unicamente pela graça.

Não que Paulo esteja dizendo aos gálatas, ao afirmar que o justo viverá pela fé, que a fé seja substituta da justiça requerida pela lei de Deus. O que ele quer dizer é que essa justiça requerida por Deus não pode ser conseguida de outra maneira a não ser por meio da fé, na imputação da justiça de Cristo.

Romanos 1.17. Ao comentar esse texto, as palavras centrais que destacamos são *justo* e *fé*. Ao comentarem esse texto, todos também encontram facilidade em crer que a palavra *dikaios* é usada aqui para indicar aquele que é livre da condenação mediante a fé. A justiça nesse caso, daquele justo, seria a imputação da justiça de Cristo. O *dikaios* à que Paulo se refere não seria justo em si mesmo, mas aquele que é justificado mediante a sua fé na justiça de Cristo. A justiça dele é a própria justiça de Cristo que lhe foi imputada. E Lutero compreendeu esse conceito de modo tão profundo que chegou a afirmar: “Senhor Jesus, eu sou teu pecado e tu és a minha justiça. O que eu era tu te fizeste ser para que eu fosse o que tu és” (*ad tempora*).

Nesse sentido, “justo” em Rm 1.17 é aquele a quem Deus declara justo, mediante sua fé na justiça de Cristo. Isto é, a base da justificação é o próprio Cristo, o que exclui totalmente a possibilidade infundada da salvação pelas obras. As obras são apresentadas em Paulo como apenas fruto dessa justiça imputada. E é interessante frisar que essa justiça não é infundada, mas sim imputada. Não que Deus *infundisse*, como querem os romanos, a justiça de Cristo no coração daquele que crer. Isso não! O que ele faz é *imputar* a justiça de Cristo a todo aquele que depositar em Cristo a sua confiança. É por

isso que essa imputação é conseguida por meio da fé, apenas da fé, e não por meio de exercícios espirituais, como querem os romanos.

A fé é, portanto, o meio indicado por Paulo pelo qual o eleito toma posse da justiça de Cristo. Isso fica muito claro quando consideramos a preposição usada aqui por Paulo – *ex* –, usada também em Gl 3.11 e 3.7. Em todos esses textos, essa preposição é usada no genitivo, mas não para indicar origem, isto é, não para dizer que a fé é a causa da justificação, mas sim para afirmar que ela é apenas um meio para que o eleito alcance a justificação de Deus, que tem por base a obra redentora de Jesus Cristo. Convém ressaltar também a importância dessa expressão para refutar qualquer outro meio que se possa aventar para se alcançar a justificação de Deus em Cristo. O meio apontado pelo apóstolo Paulo, inspirado pelo Espírito de Deus, é a fé, e somente a fé.

Em nenhum ponto dos ensinamentos de Paulo ou das Escrituras, encontramos outra base para a justificação do homem diante de Deus, a não ser a obra de Jesus Cristo, e também em nenhum ponto da Palavra de Deus encontramos outro meio para que o homem alcance essa justificação, a não ser por meio da fé.

Finalmente, queremos ressaltar que, nesse texto paulino, a justificação é posta como meio de salvação em oposição ao esforço de assegurar a aceitação da parte de Deus pelo cumprimento da lei, tanto a contida nos preceitos mosaicos quanto na consciência.

A carta de Paulo aos Romanos é, sem dúvida alguma, a principal porta de entrada para os mistérios mais profundos do evangelho. É a genuína interpretação do Evangelho Salvador de Jesus Cristo. Entrando por essa porta, o leitor indubitavelmente penetra no real sentido do evangelho. Suas cartas levam o homem a relacionar-se verdadeiramente com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo. Se considerarmos a carta aos Romanos a verdadeira porta do evangelho, Rm 1.16-17 é, sem dúvida alguma, a chave para abrir essa porta, isto é, Rm 1.16-17 é a chave para a compreensão total e integral de Romanos, pois, nesse texto, Paulo oferece o cerne de sua carta, ao mesmo tempo, núcleo de seus ensinamentos e dos ensinamentos do nosso Senhor Jesus Cristo. Em Rm 1.16-17, Paulo fala do Evangelho de Cristo.

Ele apresenta o evangelho não como fruto das elocubrações filosóficas da humanidade, mas sim como o trabalho de Deus por meio de seu filho Jesus Cristo. Não apenas um corolário de doutrinas destinado a levar o homem a crescer em termos religiosos, mas o poder de Deus. Em suas palavras, “o evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê”.

Nesse texto, Paulo fala da justiça de Deus. Ele diz que essa justiça “se revela no evangelho de fé em fé”. Isto é, a justiça de Deus se revela para aquele que crê e se desenvolve plenamente para a justificação daquele que crê, na vida daquele que crê. Assim, ao afirmar que a “justiça de Deus se revela no evangelho de fé em fé”, Paulo está afirmando que a justiça reque-

rida por Deus para a aprovação do homem pecador está perfeitamente cumprida no Evangelho apresentado em Cristo e por meio de Cristo.

Mas o centro das afirmações de Paulo reside na sua afirmação de como o homem alcança a justiça de Deus. Isto é, como ele alcança a aprovação de Deus e passa a ser considerado justo. A afirmação de Paulo de que o “justo viverá pela fé” é um princípio bíblico que nega totalmente a pretensão de alguns de que o homem seja capaz de alcançar, por meio de seus próprios esforços, qualquer justificação diante de Deus. Lutero, comentando esse assunto, afirma, com fundamento em Paulo, que “o homem é justificado pela fé somente, sem obra alguma”.

Também em Rm 1.16-17, Paulo oferece meios para revidar aqueles que, como Laplace (*ad tempora*), afirmam que a fé dos cristãos “é uma fé na fé”, isto é, afirmam que o objeto supremo da religião cristã é a fé. Isso não é verdade. Paulo nos diz claramente que a fé é o único meio pelo qual o cristão é justificado diante de Deus. Isto é, por meio da fé e da justiça de Cristo, o cristão é declarado justo e entra em comunhão com o objeto supremo de sua fé, que é Deus.

Ao dizer que “o justo viverá pela fé”, o que Paulo quer dizer, em última análise, é que o justo (aquele que é justificado) pela fé é que será salvo, justificado das suas culpas.

Assim, sempre que alguns pretensiosos queiram se levantar para encontrar no homem a justiça que ele não tem e nem pode conseguir diante de Deus, Paulo vem, inspirado pelo Espírito Santo, e afirma que o homem é justificado pela justiça de Deus em Cristo, mediante a fé.

CONCLUSÕES

A Justificação pela Fé é a base bíblica para a solução do problema humano da culpa, pois “Todos pecaram e carecem da glória de Deus”. (Rm 3.23). “Não há justo, nenhum se quer” (Rm 3.10). Por essa causa, o homem já nasce com a propensão para desenvolver o sentimento de culpa e, do ponto de vista da teologia reformada, já nasce culpado. Esse estado o obriga a prestar contas pelos seus atos pessoais a Deus, a si mesmo e à sociedade, como está escrito em Rm 14.12: “Assim, pois, cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus”.

Desde o seu nascimento, a dívida do homem para com Deus, só tende a aumentar. O homem jamais conseguirá por si mesmo saldá-la (Ef 2.9). A fim de solucionar esse problema jurídico, Deus deu o seu próprio filho, unigênito, Jesus Cristo como pagamento da dívida humana (Jo 3.16, Is 53.4-6, 2 Co 5.21). Quando Lutero sintetizou esses textos com a exclamação, “Senhor Jesus, eu sou teu pecado e tu és a minha justiça. O que eu era, tu te fizestes ser para que eu fosse o que tu és”, já mencionado acima, na realida-

de ele estava parafraseando a expressão paulina de 2 Co 5.21: “Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus”. Na expressão poética de Gióia Júnior (*ad tempora*), “Aquele que ele carregou, a cruz negra e mesquinha, ela também não era dele, era minha”.

Tudo no evangelho é simples. A solução para o problema da culpa é igualmente simples. O homem deve romper com seus mecanismos de defesas e assumir diante de Deus a responsabilidade pessoal pelos seus pecados, transgressões, erros e fracassos. Em seguida, confessá-los a Deus por meio de Jesus Cristo. “Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça (1 Jo 1.9)”.

Confessar, nesse caso, consiste em contar tudo para Deus em oração, fazer um relato do pecado, da transgressão, da culpa e concordar com as promessas de Deus em sua palavra com o fato de que Cristo já efetuou o pagamento de toda a sua dívida, já levou sobre si todas as culpas do pecador.

É possível que ainda reste a memória da culpa, que o cristão ainda venha a penalizar-se pelos erros e pecados cometidos, mas é bom lembrar que, diante de Deus, tudo já foi apagado, conforme Hb 8.12: “Pois, para com as suas iniquidades, usarei de misericórdia e dos seus pecados jamais me lembrarei”.

Para concluir, o imaginário cristão cunhou a seguinte parábola: o cristão procurou viver piedosamente, mas, como todo ser humano, não conseguiu. Morreu e foi chamado diante do Criador. Compareceu perante o julgamento do Juiz, do grande trono branco (Ap 20.11-15). Lá estavam Deus, o grande justo Juiz, o Acusador dos irmãos fazendo o papel de promotor e o Advogado do cristão, Jesus Cristo (1 Jo 2.1). Deu-se início ao julgamento do cristão.

O promotor relatou, um a um, todos os pecados cometidos pelo discípulo de Jesus, inclusive suas promessas de santificação e seus fracassos, suas alianças com Deus e sua incapacidade de cumpri-las, suas omissões, suas negligências e suas fraquezas. E exigiu o cumprimento da justiça, expressa em Ez 18.4: “A alma que pecar, esta morrerá”, completando com a exigência de Rm 6.23 “O salário do pecado é a morte”. O Advogado do cristão pediu a palavra:

– O promotor está correto ao exigir a justiça, contudo quero lembrar que eu cumpri toda a justiça divina, quando ofereci a minha vida para o resgate do pecador (Rm 1.17, 2 Co 5.21). A punição que deve ser imposta ao cristão já me foi atribuída. Resta a ele apenas receber a graça da justificação, que traz o perdão e o alívio para a sua culpa. (“Eu sou o cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”, Jo 1.29). Fez-se um grande silêncio no céu. O juiz perguntou ao cristão:
E o que tens para apresentar em tua defesa?

O cristão refletiu um pouco e respondeu:

– Eu cri em Jesus Cristo e fui justificado pela sua pessoa, sua vida e suas obras (Rm 5.1).

Novamente, fez-se um grande silêncio e todos apuraram os ouvidos para ouvir a sentença do Grande Juiz, que assim determinou:

– “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1), estais justificado e perdoado.

REFERÊNCIAS

- ALLMEN, J. J. Von. *Vocabulário bíblico*. Trad. Jacy Correa Maraschin. São Paulo: ASTE, 1972.
- ALMEIDA, A. *Curso de doutrina bíblica*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1959.
- BERTTERSON, H. *Documentos da Igreja Cristã*. Trad. Jacy Correa Maraschin. São Paulo: ASTE, 1967.
- BRUCE, F.F. *Romanos: introdução e comentário*. Trad. Odayr Olivetti. São Paulo: Vida Nova / Mundo Cristão, 1981.
- CALVINO, Juan. *La epistola del apostol Paulo a los Romanos*. Países Bajos: Fundacion Editorial de Literatura Reformada, 1977.
- _____. *Epistola a los Hebreus*. Traducción al castellano por Luis Torres y Marquez. Michigan: Grand Rapids, Iglesia Cristiana Reformata, 1977.
- CHARLES, R. Eerdman. *Aos gálatas: província da Galácia*. Trad. Odayr Olivetti. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1980a.
- _____. *Comentário de Romanos*. Trad. Odayr Olivetti. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1980b.
- CHAMPLIN, R. Norman. *O Novo Testamento interpretado*. São Paulo: Millennium, Distribuidora Cultural, 1981, v. IV e V.
- CAMPBELL, Robert J. et alli. *Dicionário de psiquiatria*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes. 1986.
- CRABTREE, A. R. *Os profetas menores*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1977.
- CUNDRY, Robert H. *Panorama do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1978.
- DAVIS, John D. *Dicionário da Bíblia*. Trad. J. R. Carvalho Braga. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1977.
- FENICHEL, Otto. *Teoria psicanalítica das neuroses*. Trad. Samuel Penna Reis. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Atheneu, 1981.
- JUNG, C. G. *A prática da psicoterapia*. Trad. de Maria Luiza Appy. Petrópolis: Vozes. 1988.

- LAPANTINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LEE, Roberto. *A Bíblia em esboço*. São Paulo: Juerp, 1980.
- SCHNEIDER, Kurt. *Psicopatologia clínica*. Trad. de Emanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1968.
- SHAFF, D. *Nossa crença e a de nossos pais*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1964.
- TAYLOR, W. C. *Dicionário do Novo Testamento*. São Paulo: Juerp, 1978.
- TOURNIER, Paul. *Culpa e graça, uma análise do sentimento de culpa e o ensino do evangelho*. Trad. Ruth Silveira Eismann. São Paulo: ABU, 1985.
- _____. *Técnica psicanalítica y fé religiosa*. Buenos Aires: Editorial La Aurora, 1969.
- ZILBOORG, Gregory. *Psicanálise e religião*. Trad. Severino Rochus Gisder. Petrópolis: Vozes, 1969.

ABSTRACT

Since the modernity until the post-modernity, it has been undertook a great effort through some trends in the theological and psychological areas to scratch out all shadows guilt from the human conscience. However it was not possible to abolish words such as *sin*, *responsibility*, *guilty feelings*, etc. from the human vocabulary. The path taken out of this dilemma was not all the best: to simply ignore those questions, pretending that they do not exist and if they really exist, at least they are irrelevant and therefore they are not worth to be researched or studied in profundity. This kind of approach explains the poor or not existent academic production dedicated to these subjects. This article intends to fill up this gap, through a reflection, based on a reformed biblical theology, on the human problem of guilt, which stresses God's solutions for guilty feelings which we could find in Rm 1.16-17, that is, that of *grace* and *justification through faith*.

KEYWORDS

Guilt, guilty feelings, salvation, grace, justification.